

Caros Colegas

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No início, naturalmente, permito-me dirigir uma palavra breve de sentido pesar pelas vítimas da tragédia de ontem em Lisboa e de solidariedade para com as famílias enlutadas.

*

Simbolismo. Paixão.

As duas ideias que que queria partilhar convosco.

Comecemos, claro, pela Paixão.

Com as palavras certas, de Herberto Helder.

“Li algures que os gregos antigos não escreviam necrológios,

quando alguém morria perguntavam apenas:

tinha paixão?

(...)

Disse tinha paixão pelas coisas gerais,

(...)

pelo talento de algumas palavras para se moverem no caos,

(...)

paixão pela paixão, tinha?

Exmos. Srs. Desembargadores Empossados

Este vosso talento de ajudar as palavras a moverem-se do absurdo caos para a ordem certa das coisas justas, com discreto empenho, paciente racionalidade e luminosa dedicação, explica a cerimónia de hoje neste magnífico Salão Nobre.

Explica a promoção a um tribunal superior;

Explica a celebração que hoje jubilosamente se concretiza com a vossa tomada de posse como desembargadores do Tribunal da Relação do Porto.

É este o resultado feliz da vossa paixão, medida em compromisso permanente, dia após dia, décadas a fio, calculada em abnegação e sacrifício, mas também fundamentada em alegria, missão, serviço público.

Todos os empossados, cada um à sua maneira, de uma forma pessoal, única, intransmissível, souberam conquistar, apenas pelo mérito, simplesmente pelo esforço, esta nomeação.

A Desembargadora Maria do Céu Silva já com provas dadas num tribunal superior em particular na seção especializada de comércio; a Desembargadora Isabel Emídio cujo reconhecimento se corporiza no exercício do cargo de Presidente da Comarca de Viseu; as Desembargadoras Isabel Monteiro e Manuela Trocado, ambas com uma experiência extensiva e por todos legitimada na área criminal, concretizada ao longo de vários anos, com distinção, precisamente na área do Porto, ainda como juízas da 1ª instância; a Desembargadora Alexandra Lage conhecida e por todos reconhecida nomeadamente na área laboral, o Desembargador Filipe Rodrigues Costa, que deixou uma impressionante marca na Relação de Évora; a nomeada Desembargadora Maria de Fátima Marques da Silva cujo compromisso no tribunal onde prestava funções foi, como pude testemunhar, incondicional até ao último dia e a mais jovem Desembargadora Luísa Cristina Ferreira, cujo excelente discurso acabamos de ouvir, e que vem construindo – todos os seus pares o identificam – uma notável carreira.

Tê-los como Desembargadores do Tribunal da Relação do Porto, jovem instituição amadurecida nos mais de quatro séculos de história desde a fundação em 1581, constitui – acredito – uma honra única para cada um de vós.

Mas é, sobretudo, motivo de regozijo e celebração para a nossa (agora, vossa) Relação; sei bem, face ao vosso percurso exemplar, que estão à altura da elevada exigência que significa trabalhar nesta Casa.

Não vos escondo o que, seguramente, já sabem: o trabalho é árduo, exigente.

No contexto internacional, não será certamente por acaso que as Nações Unidas decidiram nomear um dia exclusivamente dedicado ao Bem Estar Judicial – o dia 25 de Julho, data da aprovação da declaração de Nauru, em cuja elaboração pude participar.

Existe hoje uma tensão desmesurada sobre o trabalho dos juízes decorrente de fatores diversos:

o excessivo volume de trabalho,

a progressiva degradação da sua autoridade social, expressão da crise da autoridade do Estado,

a incapacidade do legislador em definir caminhos claros e precisos na regulação dos conflitos e na sua célere resolução,

e, como permanente cenário estrutural, a solidão imanente ao trabalho do julgador espiciada por uma tecnologia que, implacável, nos procura em todas as horas de todos os dias.

Não é sequer pensável uma justiça de qualidade, independente e imparcial, sem profissionais, física e mentalmente, saudáveis; o mundo lá fora já o percebeu, definiu e consagrou.

Em particular, as Relações surgem pressionadas; cada vez mais erigidas como tribunal de última instância – o futuro, aliás, à luz das reformas anunciadas, tenderá a aprofundar esta tendência com a parcimônia defendida em relação à intervenção do nosso Supremo Tribunal.

A ser assim, perante uma imposição acrescida, não aceitamos a secundarização do nosso trabalho; necessitamos que, finalmente, avance uma assessoria estruturada, preparada, atuante e em número que a torne efetiva e eficaz; exigimos que nos sejam dadas condições, com reformas processuais urgentes e determinadas, que depurem o sistema de recursos hoje enredado numa complexidade mastodôntica - alegações infindas, questões a decidir multiplicadas - a mais das vezes numa lógica estéril e redundante, afastada da singeleza do “pedaço de vida” trazido ao tribunal.

Neste quadro exigente, queria, porém, sublinhar uma certeza há muito partilhada: sempre encontrarão nos vossos Colegas, exemplares no denodo permanente, nos nossos Funcionários, naquele que circunstancialmente preside a esta Casa, uma cooperação próxima, fraterna, ativa e leal.

Esse é um traço marcante da Relação do Porto e é sempre por ele que nos definimos, na nossa essência melhor.

*

Ilustres Convidados.

Caros Colegas.

Simbolismo.

Na busca da resposta fácil, o chat gpt logo organizou um fraseado sobre o tema.

Lendo o que ele nos sugere, a discordância, curiosamente, é imediata.

Indica ele o chavão comum, a frase feita: os atos de posse têm uma dimensão formal, simbólica, mas não é isso que deve importar.

Permito-me discordar da omnipresente Inteligência Artificial.

Porque é muito no simbolismo e pelo simbolismo que esta cerimónia se agiganta; adquire uma “gravitas” que perdura para além de si própria.

Cada ano se repete, mas, em cada ano, é sumamente especial e simbolicamente irrepetível.

Acreditamos na força poderosa do simbolismo que molda a identidade comum, a interação positiva e a perceção da instituição e da sua específica cultura.

Ele confere sentido ao mundo ao nosso redor, ao transmitir valores e ao construir comunidades. Esta comunidade orgulha-se do que vem conquistando, enquanto instituição dinâmica, aberta à cidadania.

Externamente, alguns resultados concretos, palpáveis, documentam esse esforço.

Gostaria de os partilhar brevemente convosco justamente neste ato simbólico.

Há poucos meses, o nosso Museu do Conflito, recentemente inaugurado, foi contemplado com aquilo que os especialistas identificam como o segundo prémio mais importante da museologia portuguesa: o prémio Coleção Visitável;

Somos o único tribunal judicial do país totalmente sustentável com um plano estratégico de proteção ambiental que prosseguirá em 2026; o relatório mais recente da Agência de Energia conclui que a energia por nós consumida é, já hoje, na sua maioria (54%) totalmente gratuita e autoproduzida.

A nível internacional, temos em vias de concretização a criação da Rede Luso-Brasileira de Tribunais de Apelação, a formalizar na próxima semana em Brasília, a que se adicionam

as parcerias materializadas na geminação com o Tribunal de Reims ou com os tribunais de justiça da Galiza, a caminho da organização do IV Encontro Luso-Espanhol.

Ainda, a título de exemplo, a aposta determinada numa sequência única de exposições artísticas que, revelo-vos em primeira mão, envolvem o segmento final da exposição “O Processo” com os mais promissores jovens artistas da Faculdade de Belas Artes do Porto, a exposição “Juízo Final” no contexto dos duzentos anos de nascimento de Camilo Castelo Branco, com obras inéditas de consagrados pintores e escultores, e, na primavera de 2026, uma extremamente ambiciosa segunda edição do Just’Art, com cariz nacional e que agregará as profissões do judiciário português, incluindo, com orgulho nosso, a advocacia. A inaugurar no nosso Piso Cultural, queremos que esta mostra possa ser exibida país afora, replicando a exibição em Gibraleon, Espanha, da primeira edição.

No âmbito mais estritamente jurídico, entusiasma-nos, por exemplo, as Jornadas de Direito Comercial, estruturadas a partir da jurisprudência da Seção Especializada de Comércio do Tribunal da Relação do Porto em parceria estreita com duas faculdades de direito de referência da cidade – a FDUP e a Católica – também contando com a advocacia do Porto.

Mas, esta é uma solenidade que diz respeito, no essencial, à nossa dimensão interna; aos recursos humanos, aos nossos funcionários, aos nossos desembargadores, os valores mais preciosos do nosso património.

Desde 2022 e até 2025, tomaram posse 42 novos desembargadores, em efetividade plena de funções. Ou seja, em termos de reforço de quadros, temos que, em julho de 2022, o Tribunal da Relação do Porto, contabilizava 74 Desembargadores ao passo que hoje contamos com 92 Desembargadores; um crescimento que se materializa numa percentagem de 24%.

Porém, o que nos encoraja mais é o que falta fazer; construindo futuro ao serviço dos nossos concidadãos.

É tempo de terminar.

O simbolismo presente nas alocuções públicas é o de aplaudir, saudando as palavras ditas e conferindo-lhe aprovação e respaldo.

Porém, ousa, antes de concluir, pedir-vos algo bem diferente.

Talvez com alguma desfaçatez, queria muito que os aplausos após a minha alocução fossem fortes, calorosos.

Porque, simplesmente eles não são dirigidos a mim, não saúdam o que vos acabei de dizer, mas, sim, servem para felicitar os nossos empossados.

Como escreveu Fernando Pessoa: “colhe o dia, porque és ele”.

Os vossos aplausos são exclusivamente, para eles porque é exatamente deles que cuidamos neste dia.

Muito obrigado.